Revelação

Os deuses são frágeis, porque eternos e inatingíveis.
Fortes são os homens, porque desvendam enigmas
e subvertem códigos.

Os homens, esplêndida imperfeição, perseguem a história
seguindo o rastro das raças extintas.

Os deuses são orgulhosos de suas proezas:
têm vícios inconfessáveis.

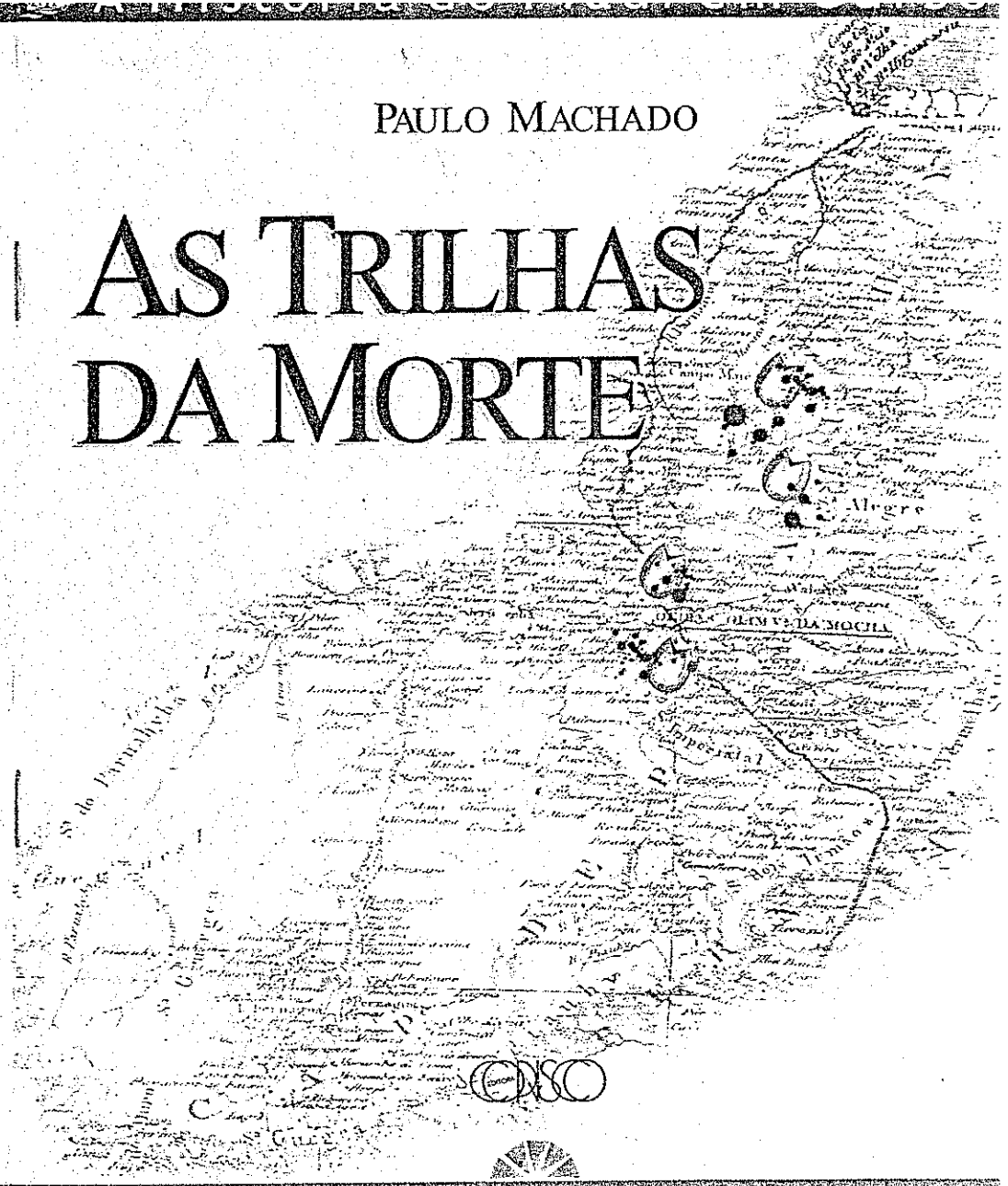
Os homens aprendem lições de pânico:
estão fatigados de mentiras.

Paulo Machado

MARCOS CÓPIAS
PROF°: BERNARDO
DISPL.:
VALOR: PAGO

PAULO MACHADO

AS TRILHAS DA MORTE



PAULO MACHADO

AS TRILHAS DA MORTE

Extermínio e Espoliação das Nações Indígenas na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense

Teresina/PI
2002

ANO DO SESQUICENTENÁRIO DE TERESINA

SUMÁRIO

1. A Face Oculta, 13

2. A Reinvenção do Piauí, 19

3. Os Nichos de Barbárie, 29

4. A Matriz da Miséria, 37

5. As Últimas Trilhas, 43

Bibliografia

1. A Face Oculta

No Piauí, durante considerável lapso de tempo, referente aos períodos colonial e imperial, ocorreu **o mais cruento extermínio de nações indígenas da América do Sul**. Iniciado no século XVII, o processo prolongou-se até às primeiras décadas do XIX.

As nações indígenas que habitavam os vales férteis dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense **foram exterminadas pelos fazendeiros-exploradores**, que promoveram a destruição das aldeias **para viabilizar a instalação das fazendas-criatório de bois e cavalos**. Este fato ocasionou os deslocamentos constantes das tribos formadoras das nações, o que pode levar à falsa dedução de nomadismo, e o início do processo de degradação das expressões culturais dos povos indígenas, **sob a orientação do Estado Português**. A **Companhia de Jesus**, por sua vez, **possibilitou a consolidação desse processo**, com a instalação e administração dos **Aldeamentos**[1], em que se davam a prática da doutrina e da exploração da força de trabalho dos indígenas, o que aprofundou a degradação das referidas expressões culturais nativas.

Na execução desses processos, **de extermínio e de espoliação das nações indígenas**, na região de abrangência da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, os conflitos agrários surgiram gradativamente e ocorreram em **três fases históricas distintas**.

[1] **Aldeamentos** são os espaços de segregação, criados à semelhança de campos de trabalho forçado, administrados por clérigos e militares (representantes do Estado Português), que foram instalados no território que posteriormente seria a Capitania do Piauí, cronologicamente seguindo uma distribuição espacial iniciada na região do litoral atlântico e encostas da Serra da Ibiapaba, direcionada, inicialmente, para o Centro-Leste e, posteriormente, para o Sul, Sudeste e Sudoeste.

Na **primeira fase** (curso das primeiras décadas do século XVII), caracterizaram-se, esses conflitos, pelas lutas entre **povos indígenas e possuidores-primitivos**[2]; na **segunda fase** (das últimas décadas do século XVII às primeiras do XVIII), deram-se eles por embates entre **povos indígenas, possuidores-primitivos e primeiros sesmeiros** e, na **terceira fase** (das últimas décadas do século XVIII às primeiras do XIX), marcaram-se pelos confrontos entre **povos indígenas, descendentes dos possuidores-primitivos e descendentes dos primeiros sesmeiros.**

Cronologia, Distribuição Espacial e Sujeitos Históricos dos Conflitos Agrários na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense

	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
Cronologia	Primeiras décadas do século XVII	Últimas décadas do século XVII e primeiras do XVIII	Últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX
Distribuição Espacial	Litoral atlântico e norte do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí	Norte e centro-leste do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí	Sul, sudeste e sudoeste da então Capitania do Piauí, posteriormente Província do Piauí
Sujeitos Históricos	Povos indígenas e possuidores-primitivos	Povos indígenas, possuidores-primitivos e primeiros sesmeiros	Povos indígenas, descendentes dos possuidores-primitivos e dos primeiros sesmeiros

Fonte: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.

Esses conflitos agrários, que antecederam à consolidação da estrutura fundiária piauiense, foram **dissimulados na historiografia oficial**, já que ocorreram em conseqüência das disputas pela posse e uso fáticos das terras e águas superficiais, nos vales férteis dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. No curso das últimas décadas do século XIX e primeiras cinco do XX, **caracterizaram-se pelas lutas entre descendentes de sesmeiros e descendentes de possuidores.**

[2] **Possuidores-primitivos** são os construtores dos primeiros currais de pedra e instaladores das primeiras fazendas-criatório. Transmitiram, por herança ou venda, suas posses sobre as terras e as águas superficiais a sucessores, que foram os primeiros sesmeiros, ou seja, os primeiros proprietários.

A partir da sexta década do século XX, **a ocorrência de conflitos agrários disseminou-se em todo o território piauiense** em decorrência do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários ou grupos empresariais, que se apresentam, atualmente, como proprietários de imóveis rurais de origens legítimas. No entanto, a verdade é que, na maioria das vezes, tais imóveis rurais, por eles adquiridos, não passam de extensas áreas de **terras públicas devolutas**[3], integrantes do patrimônio imobiliário estadual, incorporadas aos seus patrimônios privados por meio de fraudes e falsificações de documentos, **principalmente quando o espaço dos conflitos agrários são os dos municípios das regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Piauí.**

[3] **Terras públicas devolutas** são as que não foram objeto de concessões sesmariais, no período colonial, ou que, tendo sido concedidas em sesmarias, reverteram ao domínio da Coroa Portuguesa em decorrência do descumprimento, pelos sesmeiros ou por seus herdeiros-sucessores, de condição constante de cláusula existente nas cartas de concessões sesmariais, e que se encontram, atualmente, entre os polígonos das sesmarias concedidas e confirmadas, com estas embaralhadas fisicamente.

2. A Reinvenção do Piauí

Nas primeiras décadas do século XVII, tiveram início, na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, **os processos de extermínio e espoliação executados pelos fazendeiros-exploradores contra os povos indígenas,** que se encontravam organizados social e culturalmente em **sete nações**, com aldeias **estrategicamente distribuídas** nos vales dos rios e ao derredor das lagoas formadoras do sistema hidrográfico.

As lutas pela posse e uso fáticos das terras e águas superficiais, **fatos caracterizadores dos processos de extermínio e espoliação**, iniciaram-se em um período histórico anterior às primeiras **concessões sesmariais**[1], realizadas pelo Estado Português em benefício dos sucessores dos construtores dos primeiros currais de pedra, edificados nos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

Os mais antigos currais de pedra, construídos na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, **foram instalados na faixa territorial litorânea**. Suas ruínas são provas incontestáveis de que, antes da presença dos primeiros sesmeiros, estiveram no norte do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí os **possuidores-primitivos**, que exerceram a posse e uso fáticos das ter-

[1] **Concessões sesmariais** eram feitas segundo as **Ordenações Filipinas** (livro nº 4, título nº 43), que lhes continham os regulamentos. Definiam os interesses individuais do requerente, procurando conciliá-los com as salvaguardas e ressalvas em defesa do interesse público e preceituavam que os pretendentes às **datas de sesmarias** fizessem petições mencionando o nome do requerente, o lugar de residência, a situação geográfica da terra pretendida, com sua extensão e limites. Depois da informação do **Provedor da Fazenda Real**, da **Câmara do Município** onde estava localizada a terra pretendida e do **Procurador da Coroa**, a petição do requerente subia para análise e despacho final do **Capitão-Mor**, que decidia sobre a concessão sesmarial. Se deferida, era lavrada pelo secretário a Carta de Concessão de Sesmaria, assinada pela autoridade competente.

ras e águas superficiais, deixando vestígios materiais viabilizadores da compreensão de que **os processos de extermínio e espoliação das nações indígenas tiveram início no litoral e propagaram-se nas direções sul, sudeste e sudoeste.**

Esses processos ocorreram concomitantemente e foram possíveis através da **seqüência de atos de barbárie** praticados por portugueses e espanhóis e seus descendentes brasileiros (paulistas, baianos e pernambucanos) contra os povos indígenas, nas freqüentes e continuadas lutas pela posse e uso fáticos das terras e águas superficiais, nos locais onde **originalmente** estavam instaladas as **centenas de aldeias** integrantes da estrutura sóciocultural das **sete nações.**

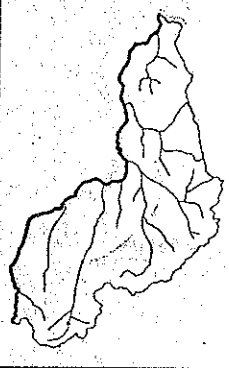
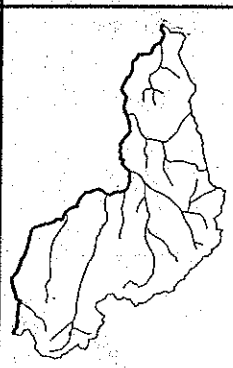
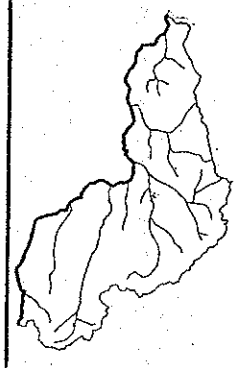
Os processos de extermínio e espoliação das **sete nações indígenas** foram **iniciados no Norte do território** que posteriormente seria a Capitania do Piauí, nas ilhas do delta, abrangendo, em seguida, a faixa litorânea e as encostas da Serra da Ibiapaba, alcançando os vales dos rios Longá, Piracuruca, Maratoã, Jenipapo, Poty, Berlenga, Sambito, Tranqueira, Guaribas, Riachão e Itaim, regiões povoadas pelas nações **Tremembé** e **Tabajara**. Estenderam-se, posteriormente, em direção ao Centro-Leste, alcançando o vale do rio Canindé, região povoada pelas nações **Jaicó, Acroá** e **Gueguê**, de onde se *trifurcaram*, seguindo direcionamentos distintos: para o Sul, alcançaram os vales dos rios Piauí e Itaueira, até chegar às nascentes dos rios Gurguéia e Paraim, regiões povoadas pelas nações **Gueguê, Acroá** e **Pimenteira**; para o Sudeste, atingiram os vales dos rios Piauí e Fidalgo, até às nascentes do Piauí, regiões povoadas pelas nações **Gueguê, Acroá e Pimenteira**; para o Sudoeste, deram nos vales dos rios Mucaitá, Itaueira, Gurguéia, Uruçuí Preto, até às nascentes do Uruçuí Vermelho, regiões povoadas pelas nações **Timbira, Gueguê** e **Acroá** (ver Quadro Demonstrativo e Mapas, nas páginas 24 - 7).

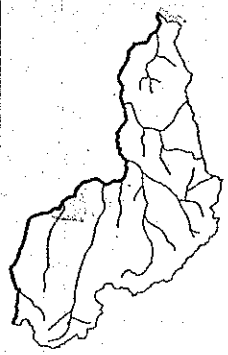
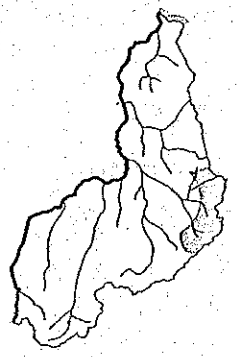
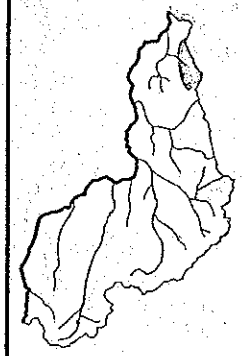
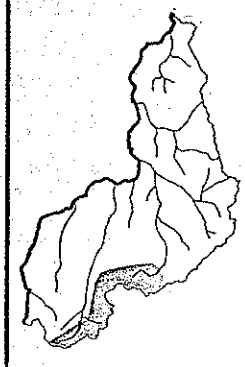
A fazenda-criatório, **instalada para criação e engorda de bois e cavalos**, possuía estrutura simples, planejada que foi **a partir da construção dos currais de pedra**. A essa estrutura inicial acresceram-se a **casa-sede** e a **pequena capela**, destinada à devoção do santo protetor da família patriarcal.

Essa fazenda-criatório tem sido tomada, **equivocadamente**, como a única referência para o desenvolvimento de estudos analíticos sobre a origem da propriedade imobiliária privada e a constituição da família patriarcal, **como se não tivessem ocorridos fatos históricos anteriores**, que precisam ser, urgentemente, incluídos na historiografia piauiense. Além disso, as análises históricas e sociológicas realizadas pelos pesquisadores têm como marco inicial do processo histórico piauiense as concessões sesmariais, formalizadas através de atos solenes – as Cartas de Concessões de Sesmarias –, dos quais resultaram as legitimações das origens das fazendas-criatório e a garantia necessária às **constituições das famílias e às formações dos clãs.**

Entretanto, **as trilhas que interligaram os primeiros currais de pedra**, possibilitando o trânsito dos curraleiros e de seus rebanhos, **formaram**, com o passar do tempo, **uma intrincada malha.** Esta pode, atualmente, servir de referência para a elaboração de um roteiro de estudo propiciador da compreensão das muitas perdas culturais, **decorrentes dos processos de extermínio e espoliação das nações indígenas**, executados nos vales dos rios e ao derredor das lagoas formadoras da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

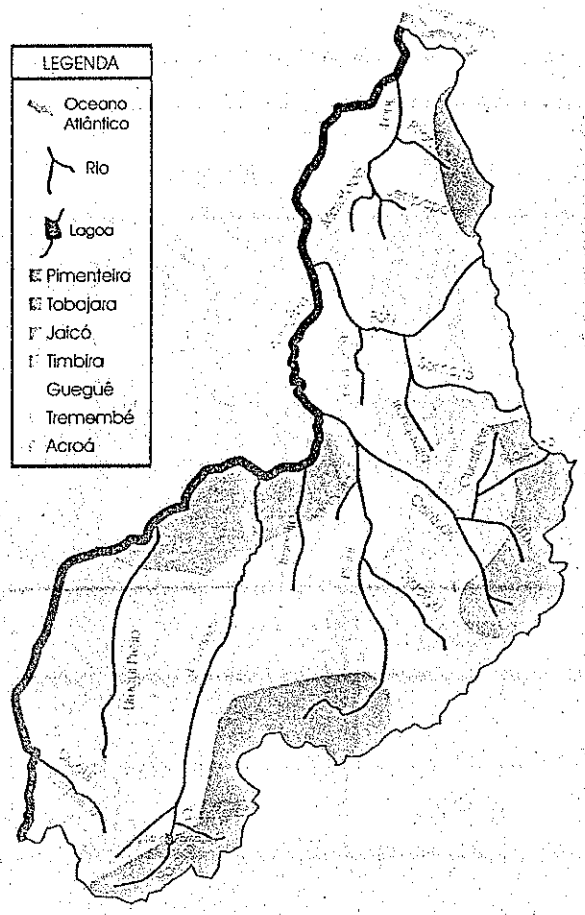
Quadro Demonstrativo
das Distribuições Espaciais das Nações Indígenas

NAÇÃO	Acroá	Tremembé	Gueguê
ESPAÇO FÍSICO OCUPADO POR NAÇÃO			
PERCENTUAL DO ESPAÇO FÍSICO OCUPADO POR NAÇÃO	38.30%	23.02%	15.12%
Nº DE TRIBOS	64	60	16
Nº DE HABITANTES	128.000	120.000	32.000

Timbira	Jaicó	Tabajara	Pimenteira
			
6.47%	6.01%	2.02%	9.06%
11	4	2	1
22.000	8.000	4.000	2.000

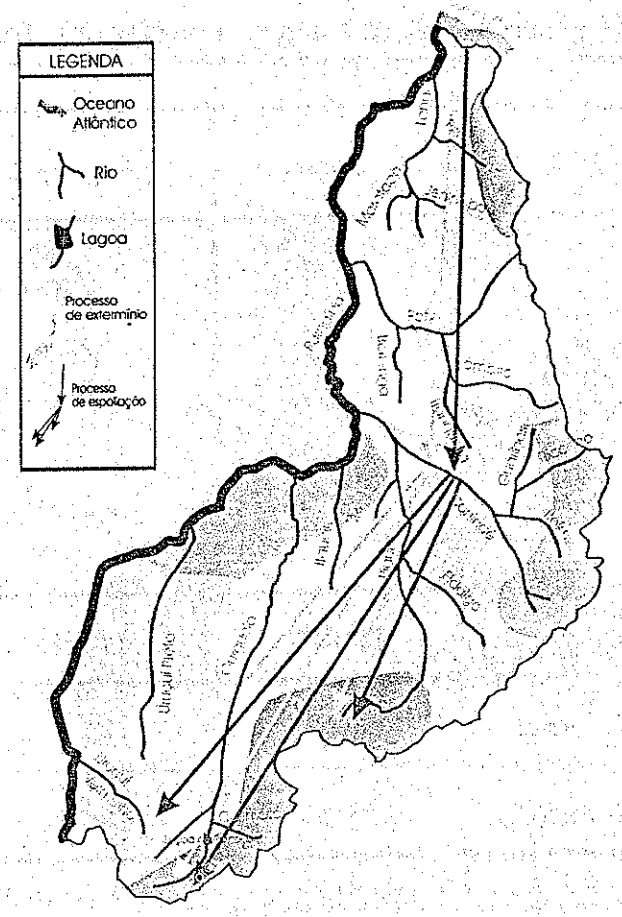
Fonte1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA, João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE, Teresina, Edufpi, 1994.

Mapa das Distribuições Espaciais das Nações Indígenas



Fonte1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA. João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE. Teresina. Edufpi.1994.

Mapa das Orientações dos Processos de Extermínio e de Espoliação



Fonte1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA. João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE. Teresina. Edufpi.1994.

3. Os Nichos de Barbárie

A conjunção dos interesses do Estado Português e da Companhia de Jesus possibilitou a submissão dos sobreviventes das **sete nações indígenas**, que resistiam aos processos de extermínio e espoliação instaurados pelos possuidores-primitivos, a partir das primeiras décadas do século XVII, nos vales dos rios e ao derredor das lagoas formadoras da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, **tornou-se possível através das instalações dos Aldeamentos.**

Os Aldeamentos foram sendo instalados no território que posteriormente seria a Capitania do Piauí, a princípio na região Norte, na Serra da Ibiapaba e no delta do rio Parnaíba, seguindo em direção às regiões Centro-Leste, Sul, Sudeste e Sudoeste, com a finalidade de **garantir a consecução do processo de aculturação dos indígenas, para torná-los submissos às normas de comportamento impostas pelos missionários jesuítas e pelos militares** (ver Quadro Demonstrativo e Mapa, nas páginas 32 - 3).

Esses Aldeamentos serviram para viabilizar a exploração da força de trabalho dos indígenas, **submetidos a um regime escravista**, e para seus adestramentos, a fim de integrarem os **esquadrões organizados pelo Estado Português**, necessários à conquista dos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, localizados ao Sul, Sudeste e Sudoeste do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí, **regiões ainda povoadas por tribos das nações mais resistentes aos processos de extermínio e espoliação.**

Cumpriram, assim, os Aldeamentos, a função de **campos de trabalhos forçados**, sob a administração de clérigos e militares, e possibilitaram a **submissão**

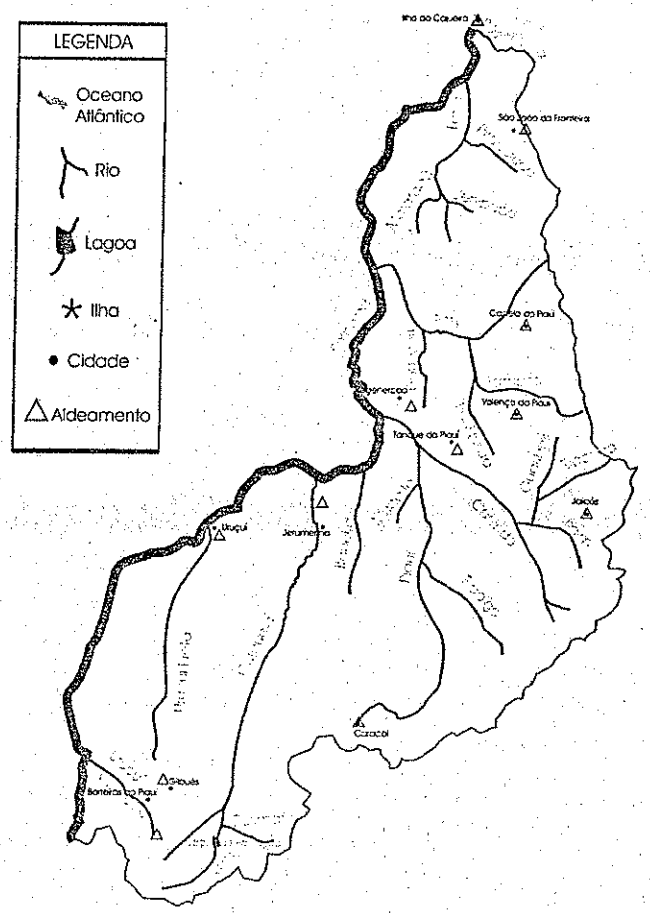
dos indígenas aldeados à doutrina religiosa e à disciplina militar, com a conseqüente **perda de suas identidades culturais.**

Cronologia das Instalações, Distribuições Espaciais e Denominações dos Aldeamentos

ANO DE INSTALAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL	DENOMINAÇÃO	INDÍGENAS ALDEADOS
1658	Serra da Ibiapaba, na zona rural do município de São João da Fronteira	São Francisco Xavier	Tabajaras
1679	Vale do rio Itaim, onde atualmente é a cidade de Jaicós	Cajueiro	Jaicós
1722	Delta do rio Parnaíba, na ilha do Cajueiro	Cajueiro	Tremembés
1740	Vale do riacho Catinguinha, afluente do rio Sambito, onde foi edificada a cidade de Valença do Piauí	Nossa Senhora dos Aroazes	Acroás
1742	Rancho dos Patos, onde foi edificada a Vila de Marvão, atualmente Castelo do Piauí	Nossa Senhora do Desterro	Tremembés
1751	Foz do rio Uruçuí Preto, onde foi edificada a cidade de Uruçuí	São Félix da Boa Vista	Acroás/Timbiras
1751	Nascentes do rio Uruçuí Vermelho, atualmente na zona rural do município de Barreiras do Piauí	São José	Acroás
1768	A aproximadamente 8 léguas ao norte da cidade de Oeiras, atualmente na zona rural do município de Tanque do Piauí	São João de Sende	Gueguês
1771	Vale do Riacho dos Cocos, atualmente Riacho Mulato, a uma légua da confluência com o rio Canindé, na zona rural do município de Regeneração	São Gonçalo de Amarante	Gueguês/Acroás
1771	Zona rural do município de Jerumenha	Cajueiro	Acroás
1772	Zona rural do município de Gilbués	Lagoa do Bicho	Acroás
1808	Nascentes do rio Piauí, próxima da Lagoa Bonsucesso, na zona rural do município de Caracol	Bonsucesso	Pimenteiras

Fonte 1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA, João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE. Teresina, Edufpi, 1994.

Mapa das Distribuições Espaciais dos Aldeamentos



Fonte 1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA, João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE. Teresina, Edufpi, 1994.

Com efeito, os clérigos e os militares que administraram os Aldeamentos foram os algozes de milhares de indígenas submetidos a um crudelíssimo processo de degradação. Assim, **as diversidades das matrizes culturais das sete nações indígenas** existentes nos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, à época das deflagrações dos processos de extermínio e espoliação, **foram aniquiladas pelos representantes da matriz cultural européia.**

As populações dos Aldeamentos foram, pois, formadas **a partir da perseguição e aprisionamento de indígenas, sob a orientação do Estado Português, e caracterizaram-se por constantes alterações em suas composições.** É que, à medida que seus integrantes eram requisitados pelos proprietários das fazendas-criatório, para o trabalho doméstico nas casas-sede, novas levas de indígenas se acresciam às suas composições, como resultado das prisões efetivadas pelos esquadrões militares, organizados para as **guerras de extermínio,** em suas freqüentes incursões aos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste.

Nos Aldeamentos, **os indígenas eram classificados em grupos, segundo os critérios de gênero e idade**, para, em seguida, receberem as lições de conhecimento, formação moral e religiosa e aprendizado de um ofício que os tornassem capazes de realizar tarefas nas casas-sede das fazendas-criatório ou de integrar os esquadrões, organizados pelo Estado Português, para as **guerras de extermínio** *continuamente deflagradas contra as tribos indígenas com maior capacidade de resistência aos processos de aniquilamento e espoliação.*

Os critérios estabelecidos pelos administradores dos Aldeamentos, para a classificação dos nativos, **contribuíram para a degradação das variadas matrizes culturais indígenas**, pois em cada grupo de homens ou mulheres, com faixas etárias distintas, estavam presentes **indivíduos vivenciadores de padrões culturais diversos e que se expressavam por variantes dialetais distintas.**

Em todos os Aldeamentos, instalados no território que posteriormente seria a Capitania do Piauí, os administradores foram incapazes de, ou não quiseram,

compreender **a pluralidade de traços culturais dos indígenas aldeados.** Por não reconhecê-los como seres culturais, impuseram-lhes normas de comportamento padronizadas, valendo-se de **mecanismos de coação física ou psicológica** que redundaram no **processo de degradação das matrizes culturais das sete nações indígenas** povoadoras dos vales dos rios formadores da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

O mapeamento desses Aldeamentos, como resultado de trabalho de campo, alicerçado nos conhecimentos de antropologia cultural, contribuirá sem dúvida para análise e compreensão mais profundas dos processos de extermínio e espoliação das nações indígenas, postos em execução, a partir do século XVII, **por iniciativa do Estado Português, com a colaboração da Companhia de Jesus**, no território que posteriormente seria a Capitania do Piauí.

4. A Matriz da Miséria

As instalações dos primeiros currais de pedra, destinados à criação e engorda de bois e cavalos, **originaram a estrutura fundiária piauiense** e ocorreram, a partir do início do século XVII, por iniciativa dos possuidores-primitivos, **os iniciadores dos processos de extermínio e espoliação das nações indígenas, na região Norte do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí.**

Esses construtores dos primeiros currais exerceram a posse e uso fáticos sobre grandes extensões de terras, próprias para a atividade pecuária, e sobre as águas superficiais. Posteriormente, seus sucessores requereram, através de petições aos governadores-gerais da Capitania, as concessões e confirmações de sesmarias, procedimentos através dos quais legalizaram suas posses e passaram da condição de possuidores à de sesmeiros, ou seja, proprietários dos latifúndios.

As sesmarias que o Estado Português, representado pelos governadores-gerais da Capitania, no período colonial, transferiu, através de cartas concessórias, aos sucessores dos possuidores-primitivos, **passaram a integrar o patrimônio imobiliário privado destes sesmeiros**, a partir das datas de expedição das cartas confirmatórias, desde que cumpridas todas as obrigações clausuladas nas respectivas cartas.

Essa estrutura fundiária, **decorrente dos referenciados processos de extermínio e espoliação das nações indígenas**, serviu de sustentação à formação e à organização da sociedade piauiense e perdura, com poucas variações, até hoje, para as acomodações dos interesses dos integrantes das estruturas políticas dominantes.

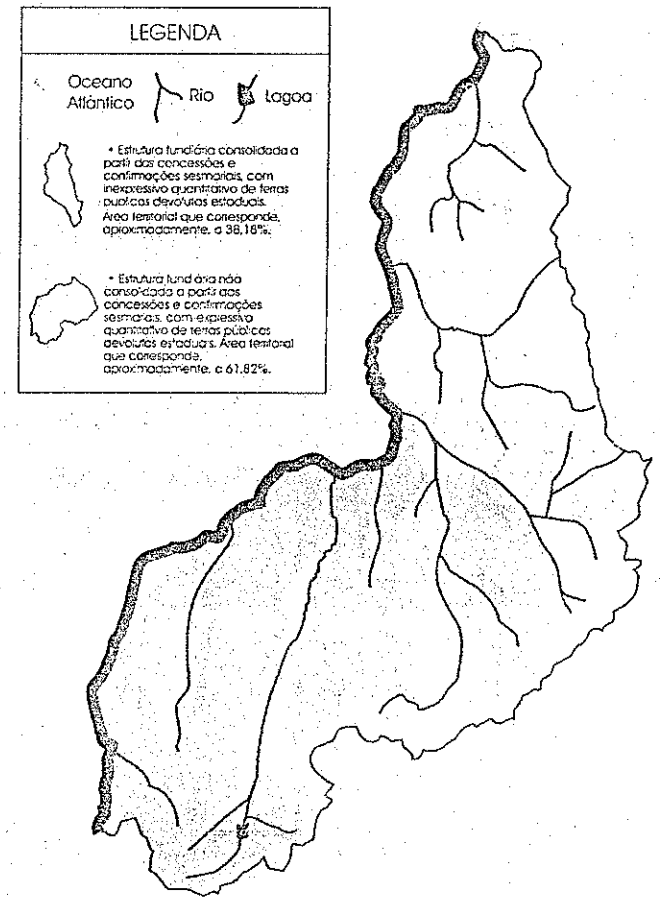
Esse processo de apropriação das terras férteis e das águas superficiais **teve início na região Norte do território**, que posteriormente seria a Capitania do Piauí, e fez-se de forma progressiva, freqüente e rápida, **com orientação do Norte para o Centro-Leste.** É que nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do território que posteriormente seria a Capitania do Piauí a freqüência das concessões e confirmações sesmariais foi **bem menos expressiva que no Norte e Centro-Leste.**

Por essa razão, na extensa área do território piauiense definida pelo limite do curso do rio Canindé, acima deste, em direção às escarpas da encosta boreal da Serra da Tabatinga, onde estão as nascentes do rio Parnaíba, e por todas as extensões dos vales dos rios Mucaitá, Itaueira, Piauí, Fidalgo, Gurguéia, Uruçuí Preto, Curimatá, Paraim e Uruçuí Vermelho, **estão efetivamente localizadas as terras públicas devolutas estaduais.** Estas são os bolsões de terras existentes entre os polígonos das poucas sesmarias concedidas e confirmadas pelo Estado Português aos sucessores dos possuidores-primitivos, **até à data de 17 de julho de 1822, quando, por Resolução, foram suspensas as concessões sesmariais.** Aliás, as duas porções diferenciadas do território do atual Estado do Piauí, com suas estruturas fundiárias, que têm características distintas, estão representadas no Mapa da página 41.

Nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Piauí, **as terras públicas devolutas estaduais**, *que se encontram embaralhadas fisicamente com as propriedades imobiliárias privadas, estas originadas de sesmarias concedidas e confirmadas,* **foram sendo açambarcadas e fraudulentamente incorporadas aos patrimônios privados dos especuladores imobiliários, disfarçados de colonizadores e empresários, de modo lento a partir dos primeiros anos da década de 70 e, de forma acelerada, na década de 80 do século XX.** Essas fraudes se concretizaram pela atuação dos **grileiros**[1], que contaram, sempre, com a criminosa colaboração de escritórios de advocacia, empresas de consultoria e serventuários dos cartórios de registros de imóveis.

[1] **Grileiros** são pessoas físicas que realizam fraudes e falsificações de documentos referentes a imóveis rurais, viabilizando a inscrição ou transcrição de títulos de domínio aparentemente legítimos, nos cartórios de registros de imóveis, para acobertar atos de apropriação de terras públicas devolutas, por solicitação e sob orientação de especuladores imobiliários, quase sempre autoproclamados empreendedores ou colonizadores.

Mapa das Estruturas Fundiárias


LEGENDA
Oceano Atlântico
Rio
Lagoa
• Estrutura fundiária consolidada a partir das concessões e confirmações sesmariais, com inexpressivo quantitativo de terras públicas devolutas estaduais. Área territorial que corresponde, aproximadamente, a 38,18%.
• Estrutura fundiária não consolidada a partir das concessões e confirmações sesmariais, com expressivo quantitativo de terras públicas devolutas estaduais. Área territorial que corresponde, aproximadamente, a 61,82%.

Fonte 1: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito. Livros de Transcrições das Cartas de Sesmarias e Livros de Registros Eclesiásticos.
Fonte 2: BATISTA, João Gabriel - ETNOHISTÓRIA INDÍGENA PIAUIENSE. Teresina, Edufpi, 1994.

5. As Últimas Trilhas

Reconstituindo as fases históricas dos processos de extermínio e espoliação dos nativos, **executados por portugueses e espanhóis e seus descendentes brasileiros (paulistas, baianos e pernambucanos)**, a partir do século XVII, na área de abrangência da bacia hidrográfica parnaibana piauiense, tem-se que as regiões Sul e Sudoeste — onde há o domínio dos cerrados piauienses — **eram povoadas por tribos indígenas** das nações *Acroá*, *Gueguê e Timbira*, **infelizmente exterminadas.**

No Piauí, os cerrados estão distribuídos por aproximadamente 11,5 milhões de hectares, sendo que as áreas de domínio correspondem a cerca de 70% e as de transição ficam em torno de 30%. Na classificação geral de áreas de cerrados, o Piauí ocupa o primeiro lugar do Nordeste brasileiro e o quarto do país. Além disso, a abrangência espacial dos cerrados no Piauí ocupa toda a região Sudoeste e parte do Extremo Sul, com áreas de domínio, havendo, também, manchas de transição ao Norte e Centro-Leste (ver Mapa da página 47).

Atualmente, **o processo de espoliação das terras férteis e das águas superficiais**, iniciado, no território piauiense, no século XVII, por portugueses e espanhóis e seus descendentes brasileiros (paulistas, baianos e pernambucanos), **tem continuidade através de outros mecanismos de dominação e apresenta-se sob nova denominação**, porém com **ampliada capacidade destrutiva** e planejado para cumprir **finalidades semelhantes**.

No Sudoeste e no Extremo-Sul do Piauí, áreas de domínio dos cerrados piauienses, ocorreram poucas concessões e confirmações sesmariais, nos cursos

dos séculos XVII e XVIII e primeiras décadas do XIX, em decorrência da orientação do referenciado processo de espoliação, **que ocorreu do Norte** (delta do rio Parnaíba, faixa do litoral atlântico e Serra da Ibiapaba) **em direção ao Centro-Leste,** daí trifurcando-se **para as regiões Sul, Sudeste e Sudoeste** (ver Mapa da página 27).

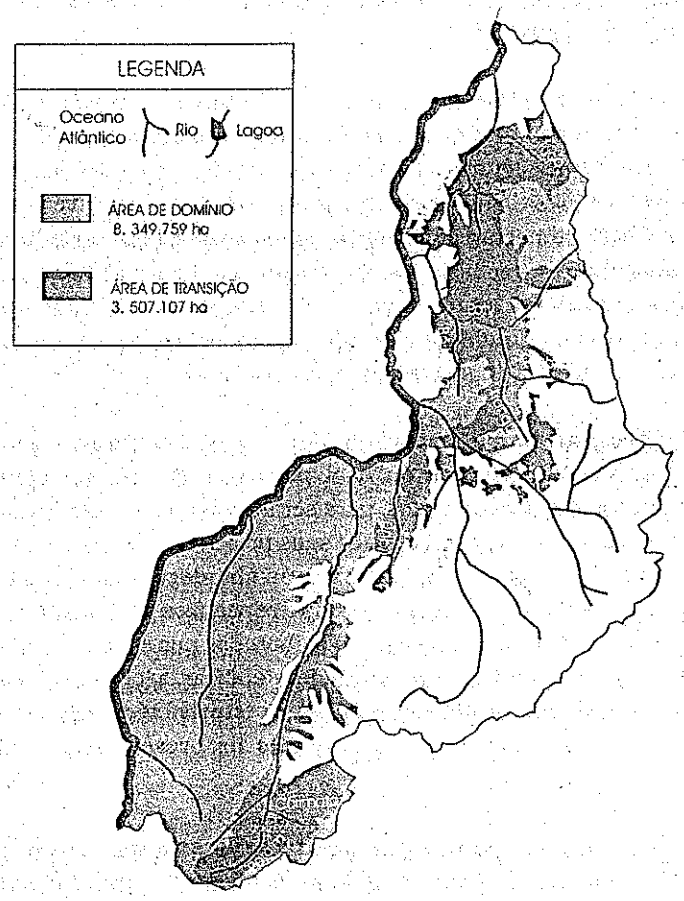
Por essas razões, **as terras públicas devolutas ficaram estocadas entre os polígonos das poucas sesmarias concedidas e confirmadas.** E assim permaneceram durante todo o período histórico do Piauí provincial e considerável lapso de tempo do Piauí já estado federado, disponíveis à sanha dos especuladores imobiliários. Estes, por sua vez, se travestiram de "colonizadores" ou "empresários", em conformidade com as orientações políticas e as circunstâncias econômicas definidas pelas forças do capital especulativo, assimiladas pelos gestores públicos piauienses, em cada período administrativo, **principalmente a partir do início da década de 80 do século XX.**

Desde lá, os especuladores imobiliários, **quase sempre sob o disfarce de "colonizadores" e "empresários"**, agiram acintosamente e propiciaram a prática de atos fraudulentos e de falsificações de documentos, com a finalidade de forjar títulos de domínio aparentemente legítimos, referentes às extensas áreas de terras públicas devolutas que, através de artifícios jurídicos, foram incorporadas aos seus patrimônios privados. Essa forma de agir chama-se **grilagem** e aqueles que a exercem são os **grileiros.** (ver nota na página 40)

Tais **atividades ilícitas** ainda estão em prática nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Piauí, com maior ênfase onde há a predominância dos cerrados, e os agentes responsáveis por suas execuções são facilmente identificáveis. Há, assim, necessidade do **ajuizamento sistemático e contínuo de ações discriminatórias**[1], essenciais à defesa do patrimônio imobiliário estadual da

[1] **Ações discriminatórias** são ações civis ajuizadas, exclusiva e privativamente, pela União Federal e pelos Estados Federados, com a finalidade de viabilizar a localização e o dimensionamento das terras públicas devolutas (federais ou estaduais), possibilitando a separação dessas terras das terras privadas. Essas ações propiciam a defesa do patrimônio imobiliário público das investidas dos fraudadores e falsificadores de títulos de domínio aparentemente legítimos, referentes a imóveis rurais incorporados ilegalmente aos patrimônios privados de pessoas físicas (quase sempre latifundiários) ou pessoas jurídicas de direito privado (grupos empresariais nacionais ou transnacionais).

Mapa das Distribuições Espaciais dos Cerrados



Fonte: Mapa das Principais Formações Vegetais. Projeto Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido. CNPq/ SUDENE/ UFPI. 1983

voracidade dos especuladores imobiliários travestidos de "colonizadores" e "empresários". É que as áreas alcançadas por essas práticas ilícitas, executadas por prepostos financiados de grupos empresariais, nacionais ou transnacionais, ligados a atividades escusas, são **terras públicas devolutas estaduais**, *integrantes*, portanto, *do patrimônio público*.

O Ministério Público Estadual, por exemplo, tem sido omisso em relação a essas continuadas práticas ilícitas, salvo raríssimas exceções, decorrentes da vigilante atuação de alguns promotores de Justiça em exercício em comarcas das regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado. Ademais, tão grave quanto a apropriação de milhares de hectares de terras públicas devolutas estaduais, por iniciativa dos especuladores imobiliários, é a freqüência de **atividades ilícitas praticadas contra o meio ambiente**. São, aliás, comuns os atos lesivos aos recursos hídricos, às encostas, aos *habitats* de espécies animais em processo de extinção e à diversidade de espécies vegetais dos cerrados piauienses.

Isto ocorre porque, de acordo com a lógica do sistema capitalista, todos os recursos naturais, renováveis ou não, podem, e devem, ser convertidos em capital. Por isso, os empreendimentos, para ser instalados nos cerrados piauienses, não incluem, quando das elaborações dos seus projetos, os custos com a preservação e a conservação do meio ambiente, salvo as **simulações** constantes nos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs). Com efeito, estes são elaborados por empresas de consultoria e assessoria com a finalidade exclusiva de viabilizar a obtenção das licenças, para justificar os **simulacros de fiscalizações e vistorias técnicas** realizadas pelos órgãos públicos responsáveis pelas políticas de preservação e conservação ambientais.

Tais atitudes, **estrategicamente programadas**, e com reflexos no ordenamento econômico do Erário estadual e no fluxo de caixa das empresas privadas interessadas na elevação dos índices de produção e produtividade dos pólos agrícolas, agroindustriais e extrativistas, serão implantados na região dos cerrados. Tudo já está, aliás, estipulado nesse sentido, **previamente pactuado pelas**

elites estaduais, nacionais e transnacionais, com a participação direta de representantes dos partidos políticos no exercício do poder nos níveis federal, estadual e municipal.

Além disso, a divulgação dessas atividades conta com a eficaz colaboração das agências de publicidade, que convocam seus "gênios de criação" para programar as campanhas de divulgação das "extraordinárias realizações" dos investidores de todas as nacionalidades, nos cerrados piauienses. Os administradores públicos, por seu turno, parecem mesmo decididos a transformar a região dos cerrados piauienses em "pólo de desenvolvimento econômico capaz de erradicar definitivamente as seqüelas sociais acumuladas em três séculos de espoliação".

Entretanto, os segmentos sociais que detêm as informações necessárias ao entendimento dos fatos sociais e econômicos, relativos aos cerrados piauienses, e são capazes de realizar análises críticas sobre as razões de suas ocorrências, discordam dessas estratégias apresentadas pelos administradores públicos. É que a compreensão do processo histórico piauiense exige o **questionamento das propostas de desenvolvimento planejadas para essa região.**

Com efeito, antes que a sociedade piauiense saiba, através da imprensa, qual será o próximo **enigma** a ser desvendado sobre a política fundiária planejada para a referida região e os conseqüentes interesses de grupos empresariais, nacionais ou transnacionais, viabilizados pelas instalações de megaprojetos agroindustriais e extrativistas, é salutar que os segmentos sociais mais conscientes apresentem suas propostas e decidam lutar por elas, técnica e politicamente. Assim, quem tiver compreensão mais profunda do processo histórico e for capaz de refletir sobre as propostas de desenvolvimento planejadas para a região saberá resistir às seduções e aos encantamentos dos "magos do planejamento econômico".

BIBLIOGRAFIA

1. HISTÓRIA DO BRASIL

ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ABREU, João Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALMEIDA PRADO, J. F. de. Primeiros Povoadores do Brasil (1500–1530). São Paulo: Nacional, 1935.

———————. Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630). São Paulo: Nacional, v.1, 1939, v.2, 1941.

ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

———————. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo: Nacional, 1967. Roteiro do Brasil, v. 2.

ARAÚJO, Antônio de. Catecismo na Língua Brasílica. Rio de Janeiro: PUC, 1952.

AZEVEDO, João Lúcio d'. História de Antônio Vieira. 2 ed. Lisboa: Clássica, 1931.

———————. Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História. Lisboa: Clássica, 1947.

BAIÃO, Antônio et al. História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Ática, v.1, 1937, v. 2, 1939, v.3, 1940.

BARO, Rouloux . "Relação da Viagem de Rouloux Baro (...) ao País dos Tapuias, na Terra Firme do Brasil, começada no dia 3 de abril de 1647 e terminada no dia 14 de julho do mesmo ano". São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

BERREDO, Bernardo Pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. 4 ed. Rio de Janeiro: Tipo, 1988.

BOXER, Charles R. A Idade de Ouro do Brasil. São Paulo: Nacional, 1963.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogo das Grandezas do Brasil. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1943.

CARDIN, Fernão. Tratado da Terra e Gente do Brasil. São Paulo: Nacional, 1939.

CARVALHO, Alfredo de. Aventuras e Aventureiros no Brasil. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1929.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia Brasílica ou Relação Histórica Geográfica do Reino do Brasil. São Paulo: Cultura, 1943. 2 v.

CIDADE, Hernani. A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina. Lisboa: Ministério das Colônias, 1943.

CORTESÃO, Jaime. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Lisboa: Portugália, 1967. Obras Completas, 13 v.

COSTA, A. Fontoura da. A Marinharia dos Descobrimentos. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

DIAS, Carlos Malheiro. História da Colonização Portuguesa do Brasil. Porto: Litografia Nacional, v.1, 1921, v.2, 1923, v.3,1924.

DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras: dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais. São Paulo: IBDF, 1987. Biblioteca Estudos Brasileiros, vol.15.

EVREUX, Yves d'. Viagem ao Norte do Brasil Feita nos Annos de 1613 a 1614.São Luís: Frias, 1874.

FERNANDES, Florestan. Organização Social dos Tupinambás. São Paulo: Hucitec/UnB, 1989.

FRIEDERICI, Georg. Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus. Rio de Janeiro: INL, 1967.

GANDAVO, Pero Magalhães de. Tratado da Província do Brasil. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1965.

GUERREIRO, Fernão. "Relação Annual das Cousas Que Fizerão Os Padres Da Companhia de Jesus... Nos Annos de 1602 e 1603... Lisboa, 1605". ALMEIDA, Cândido Mendes. Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro: J. Paulo Hildebrandt, 1874, t.2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, Documentos Brasileiros, 1.

————. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DEL, 1960, tomo 1, parte1.

————. Visão do Paraíso. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1977. Brasiliana, v. 333.

LEITE, Serafim. Novas Cartas Jesuíticas: de Nóbrega a Vieira. São Paulo: Nacional, 1940. Brasiliana, v. 194.

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. 3 ed. São Paulo: Martins, 1960.

MAGALHÃES, Basílio. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

MARCGRAVE, Jorge. História Natural do Brasil. São Paulo: Museu Paulista/Imprensa Oficial, 1942.

MARCHANT, Alexander. Do Escambo à Escravidão. Rio de Janeiro: Nacional, 1943. Brasiliana, v. 225.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento. Porto Alegre: Globo, 1937.

MORAU, Pierre, BARO, Roulux. História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manoel da Nóbrega. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955.

PORTO, Costa. O Sistema Sesmarial no Brasil. Brasília: EdUnB, s/d. Temas Brasileiros, v. 1.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense,1945. Grandes Estudos Brasileiros, v.1.

RIBEIRO, Darcy. Convívio e Contaminação. São Paulo: "Sociologia", v. XVIII, n.1, 1956, pp. 3-50.

————. Os Índios e a Civilização. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, João. História do Brasil. Rio de Janeiro: São José, 1954.

ROCHA PITTA, Sebastião da. História da América Portuguesa. Salvador: Progresso Aguiar & Souza, 1950.

RODRIGUES, José Honório. Historiografia Colonial. História da História do Brasil. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1979.

SALVADOR, Vicente do. História do Brasil (1500-1627). São Paulo: Itatiaia,1982. Reconquista do Brasil, v. 49.

SEPP, Antônio. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. São Paulo: s/e. Histórica Brasileira, 1951.

SOARES, Francisco. Coisas Notáveis do Brasil. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SOARES, José Carlos de Macedo. Fontes da História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Edanee, 1954.

SOUSA, Gabriel Soares de. Notícias do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974. Brasiliensia Documenta, v. 7.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. O Descobrimento do Brasil. São Paulo:Nacional, 1946.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974. Reconquista do Brasil, v. 17.

TAUNAY, Affonso de E. Na Era das Bandeiras. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História Geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1962. 5 v.

VASCONCELOS, Simão de. Crônica da Companhia de Jesus. Petrópolis: Vozes, 1977.

II. História do Piauí

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí. Teresina: Comepi, 1981.

ALMENDRA, Manoel Gayoso e. O Vale do Rio Parnaíba. Teresina: Ribeiro, 1948.

BATISTA, João Gabriel. Etnohistória Indígena Piauiense. Teresina: Edufpi/APL, 1994.

CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. O Povoamento do Piauí. Teresina: Comepi, 1982.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. O Índio no Solo Piauiense. Teresina: FCMC, 1995.

COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.1.

MELO, Cláudio. Bernardo de Carvalho. Teresina: Edufpi, 1988.

MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial. Teresina: Comepi, 1985.

NEVES, Abdias da Costa. O Piauí na Confederação do Equador. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v.1.

PORTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Teresina: Comepi, 1986.

SILVEIRA FILHO, José Camilo da. Pequena História do Piauí. Teresina: Comepi, 1986.

O Autor

Paulo Henrique Couto Machado nasceu em Teresina, em 1956. Advogado. Defensor Público. Poeta e contista. Pertence à Geração Pós-69. Participou de coletâneas e antologias. Ganhou alguns prêmios literários. Na década de setenta, fez política estudantil e editou, ao lado de companheiros de geração, o jornal mimeografado "ZERO". Integrou o grupo responsável pela edição do jornal alternativo "Chapada do Corisco", em 1976 e 1977, em Teresina. Publicou *Tá Pronto, Seu Lobo?* E *A Paz do Pântano*, livros de poesia. Integra a comissão editorial de literatura da revista *Pulsar*.